



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026	
PROCESSO Nº:	00001-00009228/2026-84
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, sob demanda, de alimentação institucional, compreendendo o serviço de coffee break e o fornecimento de kit-lanche, destinados ao atendimento das ações educacionais, formativas e institucionais desenvolvidas pela Escola do Legislativo do Distrito Federal — Eleggis, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF, de acordo com as especificações e as exigências constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
VALOR TOTAL:	R\$ 625.482,40 (seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
INTERESSADO:	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS
PARTICIPAÇÃO:	Ampla concorrência com tratamento preferencial (ME/EPP/Equiparados), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME:	
DATA DE ABERTURA:	<u>16/09/2026</u>
HORÁRIO:	9h30min
ENDEREÇO ELETRÔNICO/UASG:	www.gov.br/compras - UASG CLDF: 974004
PREGOEIRA:	Nailde Oliveira do Nascimento Silveira (designada pelo Ato do Presidente da CLDF nº 207, de 22 de abril de 2026, publicado no DCL nº 75, de 23 de abril de 2026).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Toda a referência de tempo estabelecida no presente Edital corresponde obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

EDITAL: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço www.gov.br/compras.

OBSERVAÇÃO: O cadastramento no sítio www.gov.br/compras é essencial para o encaminhamento automático de mensagens a respeito do andamento do certame e a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF não se responsabilizará por erro no encaminhamento de mensagens aos licitantes ou interessados em virtude da ausência de informações ou do cadastramento com informações equivocadas.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, **salvo comunicação da pregoeira em sentido contrário.**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



A Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, sediada no Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 - Térreo Inferior, por meio da pregoeira Nailde Oliveira do Nascimento Silveira, designada pelo Ato do Presidente da CLDF nº 207, de 22 de abril de 2026, publicado no DCL nº 75, de 23 de abril de 2026, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo critério de julgamento é o de **MENOR PREÇO**, nos termos das legislações que seguem e demais normas pertinentes:

- **Pregão:** Lei Federal nº 14.133/2021.
- **Pregão eletrônico:** Ato do presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 374/2014, publicado no DCL nº 117, de 07 de julho de 2014, Instrução normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- **Legislação subsidiária:** Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Distrital nº 4.611/2011, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.
- **Sanções administrativas:** Lei Federal nº 14.133/2021, Ato da Mesa Diretora nº 92/2024, publicado no DCL nº 142, de 02 de julho de 2024, bem como as sanções estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, sob demanda, de alimentação institucional, compreendendo o serviço de coffee break e o fornecimento de kit-lanche, destinados ao atendimento das ações educacionais, formativas e institucionais desenvolvidas pela Escola do Legislativo do Distrito Federal — Elegis, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF, de acordo com as especificações e as exigências constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Sistema de Compras do Governo Federal e as constantes do Edital, prevalecerão as últimas, visto que nem sempre é possível identificar nos catálogos (CATSER e CATMAT) códigos para itens com as especificações que se pretende contratar.

1.3. Integram este Edital todos os seus anexos.

2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**.

2.2. O pedido de esclarecimento e/ou impugnação deverá ser formulada **por escrito** e enviado para o e-mail: cpc@cl.df.gov.br.

2.3. A pregoeira responderá ao pedido de esclarecimento e/ou impugnação no prazo de **até 3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

2.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira nos autos do processo de licitação.

2.6. Caso a impugnação seja acolhida, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão juntadas aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no endereço eletrônico www.cl.df.gov.br/pregoes e no Sistema de Compras do Governo Federal.

2.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações vincularão os participantes e a CLDF.

2.8.1. O licitante interessado no objeto deste Pregão deverá acompanhar todas as informações a ele inerentes, sendo de sua responsabilidade as consultas aos endereços eletrônicos www.cl.df.gov.br/pregoes e www.gov.br/compras.

2.8.2. Caso seja enviado algum aviso por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, o licitante interessado no objeto do Pregão deverá seguir as informações/orientações nele contidas.

2.9. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

2.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6.2. Os documentos apresentados digitalmente no SICAF são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais inconsistências ou fraudes.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste processo licitatório os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato dela decorrente, direta ou indiretamente:

4.2.1. Aquele que não esteja credenciado na forma do Item 3;

4.2.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

4.2.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.5. Aquele que se encontre sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, bem como as estrangeiras que não tenham autorização para funcionar no País;

4.2.5.1. Poderão participar do certame as empresas que se encontrem em recuperação judicial, mediante a apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste a aptidão econômica e financeira da licitante que se encontre nessa situação.

4.2.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CLDF ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.9. Aquele que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

4.2.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.11. Agente público da CLDF;

4.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da CLDF, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.14. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



4.3. O impedimento de que trata o item **4.2.6.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4. A critério da CLDF e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.2.3.** e **4.2.4.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.6. O disposto nos itens **4.2.3.** e **4.2.4.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.8. A vedação de que trata o item **4.2.11.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.9. Será observado o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente os seus arts. 42 a 49.

4.9.1. O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, observando-se a inoccorrência de quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo;

4.9.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006;

4.9.3. No caso de ocorrer empate, conforme art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006, os procedimentos para o desempate serão os previstos no art. 45 do mesmo dispositivo legal;

4.9.4. A obtenção de benefícios a que se refere o item 4.9. fica limitada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.10. O disposto no item **4.9.** não é aplicado:

4.10.1. No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.10.2. No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5. DA VISTORIA PRÉVIA

5.1. Tendo em vista a natureza do objeto deste certame, a vistoria prévia não é necessária.

6. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1. A prestação dos serviços ou a entrega dos materiais objeto deste instrumento ocorrerá nas dependências do edifício sede da CLDF, situado no endereço: Praça Municipal, Quadra 02, Lote 5, Brasília – DF, CEP: 70.094-902.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou o percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **13.1.1.** e **13.11.1.** deste Edital.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



7.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

7.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5.3. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

7.5.3.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

7.5.3.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

7.5.3.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

7.5.3.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

7.5.3.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

7.5.3.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

7.5.3.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

7.5.3.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

7.5.3.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

7.5.3.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

7.5.3.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

7.6. A falsidade da declaração de que trata os itens **7.3.** ou **7.5.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



- 7.10.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.10.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.11.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.11.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **7.10**. Possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela CLDF ou de sua desconexão.**
- 7.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇOS NO SISTEMA

- 8.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.2.** Os licitantes deverão inserir proposta, em língua portuguesa, **com valor unitário para cada item** em que deseja participar do certame, em moeda nacional do Brasil, até a data e hora marcada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 8.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir os dados da proposta anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.
- 9.2.1.** Será desclassificada a proposta inicial cadastrada no sistema que identifique o licitante.
- 9.2.1.1.** A marca ou o modelo de produto que por nome ou exclusividade identifique o licitante deve ser cadastrada(o) sob a expressão "marca própria" ou "modelo próprio".
- 9.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário da proposta para cada item.

10.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01% (um centésimo por cento)**.

10.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.6. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.6.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.6.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.7. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.7.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.7.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.7.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.8. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "fechado e aberto"**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

10.8.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **10.8.**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

10.8.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.8.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.8.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



10.8.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.8.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.12. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.16.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.16.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.16.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.16.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.16.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item **10.16.1**, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.17.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.17.2. Empresas brasileiras;

10.17.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.17.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



10.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela CLDF.

10.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.18.4. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.19. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.19.1. É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.19.2. A proposta deverá conter:

- a) nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) dados bancários: nome do banco, número da agência e número da conta corrente,
- c) **conter as especificações do objeto cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência e no Edital, conforme Planilha Modelo de Proposta de Preço, Anexo IV do Edital;**
- d) **conter o valor unitário e total para cada item**, expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional, que deverão incluir todos os tributos, taxas, materiais para execução dos serviços, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste Pregão. Havendo divergência entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- e) conter prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação;

10.20. O convocado terá sua proposta recusada/desclassificada quando deixar de enviar a proposta no prazo estabelecido no item **10.19.**, salvo se devida e tempestivamente justificado.

10.21. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do objeto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

10.22. Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Após a fase de lances, o item restará fracassado caso os valores ofertados estejam acima do preço de referência e não se obtenha êxito na negociação.

10.23. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item **10.22.**

10.24. O descumprimento das regras supramencionadas pela CLDF por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **4.2.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



- 11.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).
- 11.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).
- 11.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado **inabilitado**, por falta de condição de participação.
- 11.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 11.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **4.9.4.** e **7.5.** deste Edital.
- 11.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 11.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.7.1.** Contiver vícios insanáveis;
 - 11.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 11.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 11.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CLDF;
 - 11.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CLDF.
- 11.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
- 11.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 11.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.9.** Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 11.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 11.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital;
 - 11.9.3.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela CLDF, independentemente do regime de execução;
 - 11.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela CLDF, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 11.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 11.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela CLDF, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à CLDF, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela CLDF, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 11.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 11.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 11.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 11.13.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



12. DA AMOSTRA

12.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra, nas dependências da CLDF, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação feita pela pregoeira via chat do Sistema de Compras do Governo Federal, para avaliação por servidor indicado pela CLDF, conforme disciplinado no **item 9 do Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

12.1.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será **recusada**.

12.1.2. Considerando a natureza perecível dos produtos, a entrega das amostras ocorre, preferencialmente, às 9h30, no período matutino, ou às 14h30, no período vespertino, de modo a viabilizar adequada avaliação.

12.1.3. A licitante deve apresentar, às suas expensas, amostras representativas do objeto, dimensionadas para o atendimento de 8 participantes para o Item 1 (serviço de coffee break) e 8 unidades para o Item 2 (fornecimento de kit-lanche)

12.2. Será informado a todos os licitantes, por meio do chat do Sistema de Compras do Governo Federal, a data, o horário e o local em que será realizada a análise da amostra.

12.2.1. Os licitantes e interessados poderão acompanhar a análise das amostras, sendo desejável que confirmem presença através dos contatos apresentados a seguir.

12.3. O licitante deverá entrar em contato com a Unidade Demandante, que fará o agendamento para apresentação das amostras, por meio dos contatos abaixo:

Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS/CLDF
Sede da CLDF, Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05, 4º Andar - Brasília/DF
CEP: 70.094-902
Telefone: (61) 3348.9205 / (61) 3348.8514
E-mail: elegis@cl.df.gov.br

12.4. A amostra deverá ser entregue com a seguinte identificação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026
Nome do Licitante e número do CNPJ
Identificação do Item

12.5. O resultado da avaliação será divulgado por meio de mensagem no sistema.

12.6. A reprovação da amostra, se ocorrer, será fundamentada.

12.7. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, a pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3. Não será permitida a participação de consórcio de empresas, conforme o disposto no item **7.2** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

13.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de **inabilitação**, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



13.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de **desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

13.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

13.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

13.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

13.11. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas** contado da solicitação da pregoeira.

13.11.2. É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.11.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **13.11.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 2 (duas) horas**, para:

13.13.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

13.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.13.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

13.13.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no item **13.11.1**.

13.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

13.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.20.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



13.21. Ressalvado o disposto no item **13.1.1.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.22. Habilitação jurídica:

13.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

13.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente ao Portal do Empreendedor.

13.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

13.22.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

13.22.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

13.22.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

13.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

13.22.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.23. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

13.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

13.23.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.23.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

13.23.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.23.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

13.23.6. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.23.7. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o item **7.3.2.** deste Edital.

13.23.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.23.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.24. Qualificação Econômico-Financeira

13.24.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

13.24.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

13.24.2.1. Os documentos referidos no item **13.24.2.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.24.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

13.24.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

13.24.2.4. Nas contratações para entrega imediata, não será exigido do licitante a apresentação de balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios financeiros.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



13.24.2.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.24.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

13.24.3.1. A exigência de apresentação de índices se justifica por se tratar de contratação que terá duração inicial de 12 (doze) meses.

13.24.4. As empresas que apresentarem quaisquer dos índices calculados na qualificação econômico-financeira do SICAF (Índice Liquidez Geral – LG, Índice de Solvência Geral – SG e Índice de Liquidez Corrente – LC) menor do que 1 (um), deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

13.25. Qualificação Técnica

13.25.1. Comprovação de aptidão, por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, idônea, estabelecida em território nacional, que comprove a execução de serviços de fornecimento de alimentação institucional, abrangendo coffee break e/ou kit-lanche, em características e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, considerando-se compatíveis serviços similares prestados em eventos institucionais, corporativos ou educacionais, nos termos do item 10 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

13.25.1.1. Os atestados apresentados deverão demonstrar a execução de quantitativos compatíveis com o objeto licitado, admitindo-se o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.25.1.2. Para a aferição da capacidade técnico operacional, serão considerados como parâmetros de referência os seguintes quantitativos mínimos: Serviço de fornecimento de coffee break – 560 participantes e Fornecimento de kit-lanche – 1.518 unidades.

13.25.1.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado, identificação da licitante, descrição clara dos materiais fornecidos e/ou dos serviços prestados.

13.25.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, se for o caso, cópia do contrato que deu suporte à contratação, nota de empenho, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os materiais e/ou prestados os serviços.

13.26. Exigir-se-á, como requisito de habilitação técnica, a apresentação de Licença Sanitária ou Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente, que comprove a regularidade do estabelecimento responsável pela manipulação, preparo e fornecimento dos alimentos.

13.27. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

13.27.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.28. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá, mn ser prorrogado por igual período, a critério da CLDF, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.29. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a decadência do direito à contratação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.30. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos e as declarações prestadas, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a data e horário para sua continuidade.

13.31. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



13.32. No caso de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.33. A pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá consultar os sistemas de registros de sanções do TCU e do TCDF, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

13.34. Caso haja previsão no instrumento convocatório de cota reservada para as entidades preferenciais, e não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, nos termos do § 6º do art. 2º do Ato da Mesa Diretora nº 332, de 2025.

13.35. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos endereços constantes neste Edital.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O resultado final do pregão será publicado na imprensa oficial e afixado no quadro de avisos da CPC/CLDF.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, **conforme modelo constante no Anexo II deste Edital, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela CLDF.

16.3. Incumbirá à contratante providenciar a divulgação do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Estão compreendidos na fase externa da licitação todos os fatos e os atos praticados a partir da publicação do edital de licitação até a publicação do resultado.

17.2. Os licitantes e terceiros que cometerem infrações durante a fase externa da licitação estão sujeitos às seguintes penalidades:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



I – multa pecuniária, sobre o valor estimado da contratação, de:

- a) 5% no caso de omissão, culposa ou dolosa, no envio de amostra convocada ou na documentação de habilitação exigida no certame após o aceite da proposta;
- b) 15% no caso de o fornecedor apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

II – impedimento de licitar e de contratar com o **Distrito Federal** pelo prazo de até 3 anos, para o licitante que descumprir com as regras legais e editalícias, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, com adequação punitiva balizada pelo seguinte rol exemplificativo de condutas e períodos sancionatórios:

- a) abandonar o certame após convocação de amostra: 6 meses;
- b) não entregar documentação exigida para o certame após o aceite da proposta: 6 meses;
- c) apresentar documentação falsa: 24 meses;
- d) comportar-se de modo inidôneo: 24 meses;
- e) cometer fraude fiscal: 36 meses;

III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 e máximo de 6 anos, nos casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso II deste item, quando o licitante:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa;
- b) fraudar a licitação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

17.3. Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. Previamente à aplicação de sanções, a Administração avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidas e notificará o licitante no endereço eletrônico (e-mail) registrado no SICAF ou na proposta para lhe facultar defesa prévia escrita, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação, onde especificará as provas que eventualmente pretenda produzir.

17.4.1. É de responsabilidade dos licitantes a atualização dos seus registros no SICAF, especialmente o endereço eletrônico (e-mail).

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade podem ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

17.6. As multas cujo valor seja inferior aos respectivos custos de cobrança definidos pela CLDF podem, justificadamente e à discricionariedade da autoridade competente, ser convertidas em advertência nos casos em que tal medida não frustre o caráter pedagógico e preventivo do processo sancionatório.

17.7. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.8. Devem ser observadas as demais disposições constantes no Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.

18. DO PAGAMENTO

18.1. Para efeito de pagamento, o contratado deverá apresentar os seguintes documentos, podendo a critério da CLDF, serem substituídos pelo registro cadastral no SICAF, que dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por meio de consulta on-line:

I – Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei nº 8.212/91);

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

III - Certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31 de agosto de 2005;

IV – Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do contratado;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

18.2. O pagamento será efetuado conforme o disposto no item 14 Termo de Referência – Anexo I do Edital.

18.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da CLDF, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



18.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer etapa de cronograma ou obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

18.5. Para pagamentos de valor igual ou superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais), o contratado deverá informar conta corrente de sua titularidade junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, nos termos do Decreto nº 32.767/2011 do Distrito Federal.

18.5.1. Excluem-se das disposições do item **18.5** deste edital:

I - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

III - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida do adjudicatário a prestação de garantia no ato da assinatura do instrumento contratual no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, mediante uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

19.2. Caberá ao adjudicatário a escolha da garantia entre as modalidades referidas no item **19.1** deste Edital.

19.3. O adjudicatário convocado deve apresentar, quando da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia no valor e nas condições descritas neste Edital.

19.3.1. A prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, será exercida em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

19.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CLDF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão à conta de dotação orçamentária própria da CLDF, PROGRAMA DE TRABALHO: 01.128.6204.4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF; SUBTÍTULO: 0001 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF—DISTRITO FEDERAL; ELEMENTO DE DESPESA: 3390-32 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E PROGRAMA DE TRABALHO: 01.128.8204.4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES; SUBTÍTULO: 0040 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- ESCOLA DO LEGISLATIVO —DISTRITO FEDERAL; ELEMENTO DE DESPESA: 3390-39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, **desde que não haja comunicação em contrário pela pregoeira.**

21.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CLDF.

21.3.1. Na contagem dos prazos, serão observadas as seguintes disposições:

21.3.1.1. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

21.3.1.2. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

21.3.1.3. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

21.4. Fica reservado à CLDF o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado conforme o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



21.5. O contratado será obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

21.6. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (Lei nº 14.133/2021, art. 134).

21.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da CLDF, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.8. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CLDF não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de discordância entre o Edital e seus anexos, prevalecerá o primeiro.

21.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.12. Sugere-se que as empresas licitantes realizem seu cadastramento junto ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI/CLDF, a fim de facilitar a tramitação contratual, seja no tocante à formalização da assinatura eletrônica dos contratos, seja no registro eletrônico da nota de empenho respectiva.

21.13. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o da circunscrição judiciária especial de Brasília–DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.14. O Edital está disponibilizado (**sem ônus**), na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, e também poderá ser obtido por meio do sítio eletrônico da CLDF, através do link: www.cl.df.gov.br/pregoes.

21.15. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser lidos e/ou analisados na Sede da CLDF, Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 - Térreo Inferior, CEP: 70.094-902, em Brasília/DF, telefone: (61) 3348.8650, de segunda a sexta-feira, das 09:30 às 12:00 horas e das 14:30 às 17:30 horas.

Brasília, 25 de agosto de 2026.

NAILDE OLIVEIRA DO NASCIMENTO SILVEIRA

Pregoeira

BRUNO FERNANDO DOS SANTOS RODRIGUES

Equipe de Apoio

DIRCEU FALCÃO DA MOTA NETO

Equipe de Apoio



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA
Escola do Legislativo
Núcleo de Administração Acadêmica e Pedagógica



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO, DA NATUREZA DO OBJETO, DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, sob demanda, de alimentação institucional, compreendendo o serviço de coffee break e o fornecimento de kit-lanche, destinados ao atendimento das ações educacionais, formativas e institucionais desenvolvidas pela Escola do Legislativo do Distrito Federal — Elegis, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF.

1.2. A contratação compreende a execução de 2 itens distintos, conforme a natureza do fornecimento:

1.2.1. serviço de fornecimento de coffee break, caracterizado pela disponibilização coletiva de alimentação leve, organizada em ponto de apoio para consumo durante os intervalos das atividades institucionais;

1.2.2. fornecimento de kit-lanche, caracterizado pela entrega de alimentação individualizada, previamente embalada, destinada ao consumo particular de cada participante.

1.3. O objeto da contratação enquadra-se como fornecimento de bens e prestação de serviços comuns, de natureza mista, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. O enquadramento como bem de consumo comum também observa o AMD nº 56, de 5 de maio de 2023, considerando a natureza perecível dos itens alimentares.

1.4. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

1.4.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, contado da data de sua assinatura, admitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, desde que comprovada a vantagem para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.4. A execução do Item 1 — coffee break poderá ser iniciada após a formalização do contrato, conforme a necessidade operacional da Administração e a programação das ações institucionais da Elegis.

1.4.5. A execução do Item 2 — kit-lanche observará a transição operacional com o Contrato-PG nº 15/2022-NPLC (SEI nº 0754682), atualmente responsável pelo fornecimento de kits-lanche aos participantes dos projetos de educação para a cidadania e prorrogado até 24/04/2027, conforme 5º Termo Aditivo (SEI nº 2501590).

1.4.6. Considerando a situação superveniente relacionada à regularidade fiscal da atual contratada, bem como o Parecer-PG nº 429/2026-NPLC (SEI nº 2771474), que admitiu a concessão de prazo para regularização fiscal e recomendou o início do planejamento de nova contratação antes do término do referido prazo, a execução do Item 2 — kit-lanche poderá ser iniciada antes de 25/04/2027, caso ocorra rescisão, extinção antecipada ou impossibilidade de continuidade da execução do Contrato-PG nº 15/2022-NPLC.

1.4.7. Na hipótese de manutenção integral da execução do Contrato-PG nº 15/2022-NPLC até o termo final de sua vigência, o fornecimento do Item 2 — kit-lanche no âmbito desta contratação somente terá início após 24/04/2027, de modo a evitar sobreposição contratual e assegurar a adequada transição entre os ajustes.

1.4.8. Em qualquer hipótese, a execução dos itens observará a demanda efetiva da Administração, os limites contratuais, a disponibilidade orçamentária e a inexistência de duplicidade de fornecimento para o mesmo objeto.

1.5. DO REAJUSTE

1.5.9. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 meses, contado da data-base do orçamento estimado, aplicando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.10. O reajuste observará a periodicidade mínima legal, a variação acumulada do índice no período correspondente e a data-base do orçamento estimado, independentemente do início efetivo da execução de cada item, especialmente em razão da possibilidade de transição operacional do Item 2 — kit-lanche com o Contrato-PG nº 15/2022-NPLC.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Identificou-se a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, sob demanda, de alimentação institucional, compreendendo o serviço de coffee break e o fornecimento de kit-lanche, destinados ao atendimento das ações educacionais, formativas e institucionais desenvolvidas pela Elegis, no âmbito da CLDF.

2.2. A presente contratação decorre da consolidação das demandas formalizadas por meio do Documento de Oficialização da Demanda do Núcleo de Educação Permanente — NEP (SEI nº 2569351) e do Documento de Oficialização da Demanda do Núcleo de Projetos Especiais — NPE (SEI nº 2579131), cujas necessidades, embora distintas quanto à natureza das ações desenvolvidas, apresentam convergência quanto ao objeto de fornecimento, permitindo sua unificação em um único procedimento contratual, com vistas à racionalização administrativa, padronização da execução e otimização dos recursos públicos, fundamentada no art. 12, VII e art. 40, § 2º, III, da Lei nº 14.133/2021, no art. 4º, III, do AMD nº 56/2023 e na atribuição do Núcleo de Administração Acadêmica e Pedagógica — NAP de coordenar contratações transversais prevista no art. 172, III, do AMD nº 85/2024.

2.3. No âmbito do NEP, a demanda refere-se ao fornecimento de coffee break para apoio logístico às ações de capacitação institucional promovidas pela Elegis, no contexto da Política de Capacitação e Educação da CLDF, instituída pelo AMD nº 79, de 2020. Tais ações compreendem cursos, oficinas, seminários, palestras e demais atividades educacionais destinadas ao desenvolvimento profissional dos servidores, com previsão de realização de aproximadamente 30 eventos presenciais ao longo do exercício, com público estimado de até 1.300 participantes, incluindo servidores, docentes e equipe de apoio.

2.4. O fornecimento de coffee break, nesse contexto, constitui medida de apoio essencial à adequada execução das atividades formativas, contribuindo para a permanência dos participantes durante toda a programação, especialmente em eventos com carga horária contínua. Ademais, possibilita a realização de intervalos no próprio local das atividades, reduzindo deslocamentos, evitando atrasos no reinício das aulas e assegurando o cumprimento do cronograma pedagógico, além de favorecer a interação entre participantes, docentes e equipe organizadora, estimulando o intercâmbio de experiências e o caráter colaborativo das ações de capacitação.

2.5. No âmbito do NPE, a demanda está relacionada à execução dos programas institucionais de educação para a cidadania, voltados à aproximação entre o Parlamento e a sociedade (art. 174, I, do AMD nº 85, de 12 de junho de 2024). Tais ações fundamentam-se no dever constitucional de preparo para o exercício da cidadania (art. 205 da Constituição Federal) e na Política de Capacitação da CLDF de propiciar maior interação com a comunidade (art. 3º, IX, do AMD nº 79, de 11 de agosto de 2020). A execução desses projetos observa a Resolução nº 257, de 12 de março de 2012, que institui a Educação para a Cidadania e atribui à Escola do Legislativo sua coordenação (arts. 1º e 21), abrangendo iniciativas como o Programa Conhecendo o Parlamento, o Projeto Interação, o Projeto Polis e o Programa Nosso Parlamento. O alinhamento dessas ações com as diretrizes nacionais para a formação cidadã também atende aos parâmetros da Portaria MEC nº 642, de 16 de setembro de 2025, reforçando o compromisso da CLDF com o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam o fortalecimento democrático e institucional junto ao cidadão.

2.6. Tais ações envolvem a participação de público externo em atividades presenciais, como visitas institucionais, palestras, oficinas e simulações parlamentares, exigindo estrutura logística compatível com o número de participantes e com a duração das atividades. Nesse contexto, o fornecimento de kit-lanche e coffee break constitui suporte operacional necessário à execução das ações, assegurando condições adequadas de acolhimento, permanência e participação dos envolvidos.

2.7. A oferta de alimentação nas ações do NPE encontra respaldo no Termo de Cooperação Técnica nº 02/2026 (SEI nº 2735253), firmado entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal — SEE/DF e a Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF, por intermédio da Escola do Legislativo do Distrito Federal — Elegis, cujo objeto consiste na mútua cooperação para intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, bem como na realização conjunta de programas, projetos e ações voltadas à promoção da educação para a cidadania e da educação política, no âmbito da Política de Educação para a Cidadania da CLDF. O referido instrumento possui vigência de 5 anos, contados da data de sua publicação, de 03/07/2026 a 03/07/2031, podendo ser prorrogado mediante celebração de aditivo, desde que permaneçam o objetivo público comum e a ausência de repasse de verba pública ou de doação de bens. O termo também prevê, entre as responsabilidades da CLDF, o fornecimento de lanche para os estudantes e professores durante o desenvolvimento das atividades do Programa Conhecendo o Parlamento. Ressalte-se, contudo, que a utilização do referido termo não se configura como fundamento exclusivo para a presente contratação, tendo em vista que as ações contempladas pelo NPE abrangem também atividades não vinculadas à SEE/DF, nas quais igualmente se verifica a necessidade de fornecimento de alimentação como suporte operacional às atividades institucionais.

- 2.8. A oferta de alimentação nas ações de educação para a cidadania constitui medida de apoio operacional necessária à adequada execução dos programas institucionais desenvolvidos pela Elegis, especialmente em atividades com participação de estudantes, professores e demais públicos externos, cuja duração e dinâmica pedagógica demandam condições mínimas de permanência, acolhimento e participação.
- 2.9. A partir da consolidação das demandas, estima-se a necessidade de fornecimento de 15.180 unidades de kit-lanche, considerando a entrega individual de um kit por participante nas ações de educação para a cidadania, e de atendimento de 5.600 participantes com serviço de coffee break, abrangendo tanto as ações do NEP quanto do NPE, conforme parâmetros definidos nos DODs e no ETP.
- 2.10. A natureza das ações desenvolvidas, tanto no âmbito da capacitação institucional quanto da educação para a cidadania, caracteriza a necessidade como permanente e recorrente ao longo do exercício, o que justifica a adoção de modelo de contratação contínua, sob demanda, permitindo flexibilidade na execução e adequação aos cronogramas viáveis das atividades institucionais. Trata-se, ainda, de contratação em que não há obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos estimados, os quais constituem mera previsão de demanda, sendo a execução condicionada às efetivas necessidades da Administração ao longo da vigência contratual.
- 2.11. A ausência de contratação desse objeto pode comprometer a execução adequada das ações institucionais, ao reduzir as condições de permanência dos participantes, ocasionar atrasos na programação, prejudicar a participação efetiva do público e impactar negativamente a qualidade das atividades desenvolvidas, especialmente aquelas voltadas ao público externo, cuja organização demanda maior previsibilidade e estrutura logística. Além disso, a inexistência de fornecimento adequado pode implicar riscos à saúde e à segurança alimentar dos participantes, caso não sejam observados padrões mínimos de higiene, acondicionamento e conservação dos alimentos.
- 2.12. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional aprovado pelo AMD nº 146, de 6 de dezembro de 2022, especialmente ao Objetivo Estratégico OE10 — Fortalecer a relação do Parlamento com a sociedade. A medida viabiliza a execução de programas de participação cidadã (OE03 — Fomentar e aprimorar ações institucionais de participação efetiva da sociedade) e a capacitação de servidores (OE11 — Desenvolver e valorizar as competências profissionais), mediante a oferta de programas de treinamento e desenvolvimento (Ação 11.1.4). Tais iniciativas atendem aos valores institucionais de Excelência, focado na qualidade e satisfação do cidadão, e de Valorização do capital humano, que prioriza os colaboradores como o componente principal da Casa.
- 2.13. Destaca-se, ainda, que a execução das ações institucionais demanda organização logística prévia, com definição de cronogramas e programação de eventos, o que exige contratação que permita planejamento antecipado das entregas, com antecedência mínima adequada e possibilidade de fornecimento conforme cronogramas periódicos, de modo a assegurar previsibilidade, eficiência e regularidade na prestação dos serviços.
- 2.14. Por fim, a contratação mostra-se compatível com o planejamento orçamentário da Elegis, conforme previsto no Detalhamento Setorial da Despesa de 2026 e no Plano Setorial para o exercício de 2027, assegurando a viabilidade financeira da execução contratual e sua aderência às diretrizes institucionais.
- 2.15. Além da necessidade ordinária decorrente do planejamento institucional da Elegis, sobreveio fato novo relacionado ao Contrato-PG nº 15/2022-NPLC, atualmente responsável pelo fornecimento de kits-lanche aos participantes dos projetos de educação para a cidadania. No âmbito daquele ajuste, a contratada comunicou dificuldades para emissão de certidões de regularidade fiscal, tendo a Procuradoria-Geral, por meio do Parecer-PG nº 429/2026-NPLC (SEI nº 2771474), opinado pela possibilidade de concessão de prazo de até 60 dias para regularização, com termo final certo e sem prorrogações sucessivas, bem como pela necessidade de que o planejamento de nova contratação fosse iniciado antes do término do prazo, a fim de reduzir eventual prejuízo à Administração.
- 2.16. Em cumprimento à orientação da Procuradoria-Geral, foi fixado o dia 28/09/2026 como termo final para comprovação da regularização fiscal pela atual contratada, de modo que a continuidade do Contrato-PG nº 15/2022-NPLC passou a depender do saneamento da pendência no prazo estabelecido. Assim, o prosseguimento da presente contratação constitui medida preventiva de planejamento, destinada a mitigar o risco de descontinuidade do fornecimento de alimentação institucional nas ações desenvolvidas pela Elegis, especialmente nos programas de educação para a cidadania.

3. **DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

- 3.1. A contratação compreende o fornecimento contínuo, sob demanda, de alimentação institucional, estruturado em 2 itens distintos, conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada para o período inicial de 12 meses
1	Serviço de fornecimento de coffee break	Participante	5.600
2	Serviço de fornecimento de kit-lanche	Unidade	15.180

- 3.2. **ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 1 – COFFEE BREAK**
- 3.2.1. O coffee break consiste na disponibilização coletiva de alimentação leve durante os intervalos das atividades institucionais, mediante a organização de ponto de apoio com itens alimentícios dispostos para consumo pelos participantes, sem fracionamento em kits individuais.
- 3.2.2. Os itens deverão ser entregues prontos para consumo, devidamente acondicionados, observadas as condições de higiene, conservação e apresentação, com fornecimento de materiais necessários ao consumo.
- 3.2.3. A composição mínima por participante deverá observar o seguinte:
- 3.2.3.1. mínimo de 4 unidades de salgados de pequeno porte, com peso mínimo de 20 g cada;
- 3.2.3.2. mínimo de 2 unidades de sanduíches de pequeno porte, com peso mínimo de 30 g cada;
- 3.2.3.3. 2 porções de bolo simples, com peso mínimo de 60 g cada;
- 3.2.3.4. 1 porção de frutas da estação, correspondente a 1 unidade pequena ou aproximadamente 100 g;
- 3.2.3.5. suco de fruta natural, elaborado a partir de frutas da época, com volume mínimo de 200 ml por participante.
- 3.2.4. Os itens poderão apresentar variações quanto ao tipo específico de produto, abrangendo, por exemplo, salgados assados ou fritos, sanduíches de diferentes composições, bolos simples de variados sabores e frutas da estação, desde que mantida a equivalência quanto à natureza dos alimentos, à qualidade dos insumos e às gramaturas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 3.3. **ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 2 – KIT-LANCHE**
- 3.3.1. O kit-lanche consiste no fornecimento de alimentação individualizada, previamente embalada, destinada ao consumo particular de cada participante.
- 3.3.2. Cada unidade deverá ser entregue de forma unitária, em embalagem individual fechada, devidamente acondicionada, de modo a garantir a integridade, a higiene e a conservação dos alimentos até o momento do consumo.
- 3.3.3. A composição mínima por unidade deve observar o seguinte:
- 3.3.3.1. 1 sanduíche de pão de forma integral, fatiado verticalmente, com peso mínimo total de 90 g (composto por duas fatias de pão com no mínimo 25 g cada e duas fatias de queijo muçarela com peso mínimo total de 40 g);
- 3.3.3.2. 1 suco de fruta natural, elaborado a partir de frutas da época, em embalagem individual, com volume aproximado de 300 ml;
- 3.3.3.3. 1 unidade de fruta fresca da época, com peso mínimo de 120 g, higienizada e em perfeito estado de maturação;
- 3.3.3.4. 1 guardanapo.
- 3.3.4. A fruta poderá ser protegida por filme plástico atóxico transparente, quando necessário, para garantir a higiene e a integridade do alimento.
- 3.4. **CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO**
- 3.4.1. O fornecimento será executado sob demanda, conforme solicitação da Administração, não havendo obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos estimados.
- 3.4.2. As entregas ocorrem nos períodos matutino, vespertino e/ou noturno, em horários definidos pela Administração conforme a característica de cada atividade. Ordinariamente, o início do consumo ocorre às 9h no período matutino e às 14h30 no período vespertino, devendo a contratada realizar a entrega e a disponibilização da alimentação com antecedência mínima de 30 minutos em relação ao horário de início do consumo estabelecido.
- 3.4.3. Para o item 1, poderão ser realizadas até 2 entregas no mesmo dia. Para o item 2, também poderão ser realizadas até 2 entregas no mesmo dia. Havendo necessidade concomitante de fornecimento dos itens 1 e 2, poderão ocorrer até 4 entregas no mesmo dia, conforme a programação das ações institucionais.
- 3.4.4. Os itens devem observar as normas sanitárias aplicáveis, assegurando condições adequadas de higiene, acondicionamento, transporte e conservação dos alimentos, em observância ao dever de fiscalização e inspeção de alimentos (art. 200, VI, da Constituição Federal) e à obrigação legal de assegurar condições que impeçam a deterioração do objeto, condicionando seu recebimento definitivo ao pleno atendimento dos requisitos técnicos (arts. 40, IV, e 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 3.4.5. Não há previsão ordinária de fornecimento de alimentação nos meses de dezembro, janeiro e julho, em razão da suspensão ou redução das atividades institucionais no período, podendo ocorrer solicitações excepcionais pela Administração.

3.5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO ITEM 1 – COFFEE BREAK

3.5.1. A organização do coffee break deverá permitir o atendimento simultâneo dos participantes, com adequada disposição dos alimentos e bebidas, devendo a contratada realizar a montagem prévia do espaço destinado ao serviço, incluindo a organização dos itens antes do horário definido para início do consumo.

3.5.2. O período de disponibilização do coffee break deverá ser de, no mínimo, 45 minutos e, no máximo, 1 hora e 15 minutos, contados a partir do horário definido pela Administração para início do consumo.

3.5.3. Durante todo o período de disponibilização, a contratada deverá garantir a manutenção e a reposição dos itens ofertados, de forma a assegurar o atendimento integral dos participantes.

3.5.4. Deverão ser disponibilizados os utensílios necessários ao consumo, tais como copos, guardanapos e recipientes apropriados para exposição dos alimentos.

3.5.5. O suco deverá ser natural, elaborado a partir de frutas da época, podendo ser disponibilizado em embalagens individuais ou em recipientes coletivos, tais como jarros ou dispensadores, asseguradas as condições adequadas de higiene e conservação.

3.5.6. Os alimentos e o suco deverão ser mantidos em condições adequadas de temperatura até o momento do consumo, mediante utilização de recipientes térmicos ou equipamentos apropriados.

3.5.7. A contratada deverá disponibilizar pessoal suficiente para a adequada execução do serviço, incluindo atividades de organização, reposição e suporte durante o período de consumo.

3.5.8. Como parte integrante da montagem e disponibilização do serviço de coffee break (Item 1), a contratada deve fornecer as mesas necessárias à exposição dos alimentos e bebidas, preferencialmente do tipo dobrável ou desmontável, em quantidade e dimensões suficientes para o público estimado, bem como toalhas em tecido de cor neutra e material adequado, devidamente higienizadas e passadas, em observância ao padrão de apresentação e higiene exigido.

3.5.9. Ao término do período de disponibilização, a contratada deverá realizar a retirada dos materiais utilizados e a adequada destinação dos resíduos gerados, mantendo o local em condições adequadas de limpeza e organização.

3.6. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO ITEM 2 – KIT-LANCHE

3.6.1. Os kits devem ser entregues individualmente embalados, em embalagem fechada de material plástico biodegradável transparente ou de papel Kraft com visor, que permita a visualização do conteúdo e garanta a integridade, a higiene e a conservação dos alimentos, em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º e art. 11, IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) e aos valores institucionais da CLDF (item 3.9 do Anexo ao AMD nº 146, de 2022).

3.6.2. As embalagens deverão assegurar adequada vedação e proteção contra violação, contaminação e deterioração dos alimentos.

3.6.3. A contratada deverá assegurar que os itens estejam adequadamente acondicionados para transporte, com proteção contra contaminação e deterioração, utilizando, quando necessário, recipientes térmicos ou meios equivalentes para manutenção das condições de conservação.

3.6.4. Os kits deverão conter identificação mínima quanto ao seu conteúdo e à data de preparo, sempre que tecnicamente viável, de modo a permitir o controle das condições de consumo.

3.6.5. Os alimentos deverão ser entregues em condições adequadas de consumo, respeitando critérios de frescor, conservação, segurança alimentar e prazo de validade.

3.6.6. Deve ser priorizado o uso mínimo de embalagens e a utilização de materiais recicláveis ou compostáveis, de modo a reduzir a geração de resíduos e cumprir o caráter pedagógico da gestão pública ambiental, conforme o OE12 do Plano Estratégico Institucional.

4. DA NATUREZA DO OBJETO E DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação observa as características definidas neste Termo de Referência.

4.2. O objeto caracteriza-se como bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.3. A contratação enquadra-se como fornecimento e serviço contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021, destinado ao atendimento de necessidade permanente da Administração, com execução sob demanda, conforme programação institucional.

4.4. A seleção do fornecedor é realizada mediante licitação, na modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O critério de julgamento é o de menor preço por item, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e as condições de fornecimento estabelecidas neste Termo de Referência.

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

5.1. As entregas devem ocorrer nas dependências da CLDF ou, excepcionalmente, em instituição parceira situada no Distrito Federal, conforme indicado na requisição de fornecimento.

5.2. O prazo para atendimento de cada solicitação é de até 1 dia útil, contado do recebimento da requisição formal ou instrumento equivalente encaminhado à contratada.

5.3. As entregas devem observar o cronograma das atividades institucionais, preferencialmente nos períodos matutino e vespertino, admitindo-se o fornecimento no período noturno sob demanda, em horários definidos pela Administração, em consonância com o disposto no item 3 deste Termo de Referência.

5.4. Podem ser realizadas até 4 entregas no mesmo dia, distribuídas entre os períodos matutino, vespertino e noturno, de modo a assegurar o pleno atendimento das demandas do NEP e do NPE.

5.5. Da Sazonalidade da Demanda: Em razão do recesso institucional e do calendário pedagógico da Escola do Legislativo, não há, em regra, prestação de serviço nos meses de dezembro, janeiro e julho, períodos em que as atividades dos programas de educação para a cidadania e de capacitação institucional encontram-se, ordinariamente, suspensas ou reduzidas.

5.5.1. A ausência de previsão ordinária de que trata o subitem 5.5 não veda a solicitação do objeto pela Administração caso ocorram demandas excepcionais ou imprevistas nos referidos meses, as quais devem ser atendidas pela contratada nos termos e prazos estabelecidos neste ajuste.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1.1. Emitir a nota de empenho ou instrumento equivalente, bem como as requisições de fornecimento necessárias à execução do objeto.

6.1.2. Assegurar os recursos financeiros para custear a contratação.

6.1.3. Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.1.4. Permitir, durante as entregas, o acesso dos representantes da contratada às dependências da CLDF, desde que devidamente identificados.

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de servidor ou comissão designada.

6.1.6. Prestar as informações necessárias à execução do fornecimento, especialmente quanto ao cronograma das atividades institucionais.

6.1.7. Exigir a substituição de produtos entregues em desacordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade, condições de higiene ou prazos de validade.

6.1.8. Atestar as notas fiscais correspondentes às entregas realizadas, após verificação da conformidade do objeto.

6.1.9. Efetuar o pagamento nas condições previstas neste Termo de Referência.

6.1.10. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela contratada com terceiros, nem por danos decorrentes de atos de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as especificações técnicas, os prazos e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2.2. Apresentar amostras para aprovação prévia, quando solicitado pela Administração, como medida de mitigação de riscos de desconformidade na execução do objeto.

6.2.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, incluindo a validade do Alvará Sanitário ou Licença Sanitária expedida pelo órgão competente.

- 6.2.4. Cumprir integralmente a legislação aplicável e as normas técnicas pertinentes à manipulação, ao preparo, ao acondicionamento e ao transporte de alimentos.
- 6.2.5. Responsabilizar-se pela qualidade, higiene e segurança alimentar dos itens fornecidos, assegurando que os produtos estejam em perfeitas condições de conservação e consumo.
- 6.2.6. Realizar, no fornecimento de coffee break, a montagem prévia do espaço destinado ao serviço, com adequada disposição dos alimentos e bebidas antes do início do consumo.
- 6.2.7. Garantir a reposição contínua dos itens durante o período de disponibilização do coffee break, assegurando o atendimento integral dos participantes.
- 6.2.8. Disponibilizar pessoal suficiente e devidamente capacitado para a execução do serviço de coffee break, incluindo atividades de organização, reposição e suporte durante o período de consumo.
- 6.2.9. Realizar, ao término do serviço de coffee break, a retirada dos materiais utilizados e a adequada destinação dos resíduos gerados, mantendo o local em condições adequadas de limpeza e organização.
- 6.2.10. Assegurar que os kits-lanche sejam entregues devidamente embalados, com adequada vedação e proteção contra violação, contaminação e deterioração.
- 6.2.11. Garantir que os itens fornecidos estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.2.12. Substituir, às suas expensas, os produtos entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem sinais de deterioração, no prazo estabelecido pela Administração.
- 6.2.13. Comunicar à Administração, com a maior brevidade possível, eventual impossibilidade de atendimento de requisição de fornecimento, apresentando justificativa para análise.
- 6.2.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução contratual, com poderes para tratar de assuntos operacionais e administrativos.
- 6.2.15. Fornecer à fiscalização do contrato, sempre que solicitado, informações e documentos relativos à execução do objeto, incluindo a identificação dos empregados responsáveis pelas entregas, os quais deverão estar devidamente uniformizados e identificados.
- 6.2.16. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, utilizando obrigatoriamente as embalagens de natureza biodegradável ou reciclável especificadas no Item 3, e promover a coleta e a destinação adequada de eventuais resíduos gerados na execução do objeto, em cumprimento às boas práticas ambientais do PEI 2030 (Resultado-chave 12.1).
- 6.2.17. Encaminhar as notas fiscais correspondentes aos quantitativos efetivamente fornecidos e atestados pela Administração.
- 6.2.18. A contratada deverá aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO POR MEIO DE CONSÓRCIO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência, com fundamento no art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a responsabilidade direta da contratada pela qualidade, higiene e segurança alimentar dos itens fornecidos.
- 7.2. Em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas em consórcio está vedada neste certame, em razão da baixa complexidade técnica do objeto (fornecimento de bens e serviços comuns), havendo um amplo mercado de fornecedores capazes de executá-lo de forma isolada. Nessa situação, a permissão de consórcios poderia restringir a competitividade ao incentivar a associação de empresas que, de outra forma, concorreriam entre si. Adicionalmente, a execução por empresa única é necessária para garantir a eficiência na fiscalização e a centralização da responsabilidade direta e inalienável do fornecedor sobre os rígidos padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar exigidos.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. Admite-se a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que a nova pessoa jurídica observe todos os requisitos de habilitação exigidos no procedimento de contratação original; mantenha as demais cláusulas e condições da contratação; não prejudique a execução do objeto pactuado; e obtenha a anuência expressa da Administração para a continuidade da contratação.

9. DAS AMOSTRAS

- 9.1. Exige-se a apresentação de amostras para avaliação prévia, como condição para a aceitação da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, com o objetivo de verificar a conformidade dos itens com as especificações técnicas, padrões de higiene, qualidade e segurança alimentar estabelecidos neste Termo de Referência, nos termos do art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos prazos definidos no edital.
- 9.2. A licitante deve apresentar, às suas expensas, amostras representativas do objeto, dimensionadas para o atendimento de 8 participantes para o Item 1 (serviço de coffee break) e 8 unidades para o Item 2 (fornecimento de kit-lanche).
- 9.2.1. A entrega das amostras ocorre na Elegis, no prazo de 5 dias úteis, contado da convocação oficial pelo pregoeiro.
- 9.2.2. Considerando a natureza perecível dos produtos, a entrega das amostras ocorre, preferencialmente, às 9h30, no período matutino, ou às 14h30, no período vespertino, de modo a viabilizar adequada avaliação.
- 9.2.2.1. Observando o prazo estabelecido no item 9.2.1, a licitante deverá entrar em contato com a Escola do Legislativo (Elegis) pelo e-mail elegis@cl.df.gov.br ou pelos telefones (61) 3348-9205 / 3348-8514, para agendar o dia e o horário de apresentação das amostras.
- 9.3. As amostras devem reproduzir fielmente os itens e serviços a serem fornecidos durante a execução contratual, incluindo a forma de acondicionamento, apresentação e os materiais de apoio ao consumo.
- 9.3.1. Para o Item 1 (coffee break), a amostra compreende tanto os produtos alimentícios quanto a prestação do serviço, abrangendo a montagem completa da estação de serviço — incluindo o fornecimento das mesas e disposição das toalhas em tecido —, a disponibilização dos itens para consumo e o posterior recolhimento dos resíduos gerados.
- 9.3.2. Para o Item 2 (kit-lanche), a amostra é apresentada em embalagem individual, em conformidade com os requisitos de acondicionamento definidos neste Termo de Referência, assegurando a integridade, higiene e conservação dos alimentos, em observância às normas de segurança alimentar e nutricional.
- 9.4. O período de análise das amostras será definido pela equipe técnica, observado o tempo mínimo de 30 minutos, intervalo em que serão avaliadas a dinâmica da prestação do serviço descrita no subitem 9.3.1 e a conformidade das amostras apresentadas, simulando a execução contratual para fins de verificação de conformidade técnica e eficiência operacional.
- 9.5. As amostras são avaliadas pela equipe técnica designada, com base em critérios objetivos de conformidade, quanto aos seguintes aspectos:
- 9.5.1. conformidade com a composição e gramaturas mínimas exigidas;
- 9.5.2. qualidade dos insumos utilizados;
- 9.5.3. sabor, textura e frescor dos alimentos;
- 9.5.4. apresentação visual, organização e montagem da mesa (para o Item 1);
- 9.5.5. postura e eficiência na disponibilização e recolhimento (para o Item 1);
- 9.5.6. condições de higiene, acondicionamento e conservação.
- 9.6. A eventual rejeição das amostras deve ser formalmente fundamentada pela Administração, com a indicação das desconformidades verificadas, mediante registro em relatório técnico de avaliação.
- 9.7. A proposta da licitante é desclassificada caso:
- 9.7.1. não ocorra a entrega das amostras no prazo estipulado;
- 9.7.2. haja atraso injustificado na entrega;
- 9.7.3. as amostras apresentadas estejam em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.
- 9.7.4. Em caso de desclassificação, pode ser convocada a licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para apresentação de novas amostras, nas mesmas condições estabelecidas.
- 9.8. Em razão da natureza perecível dos produtos, as amostras aprovadas têm caráter exclusivamente avaliativo e não são retidas pela Administração, devendo o padrão de qualidade aprovado ser mantido durante toda a execução contratual.

9.9. A Administração pode solicitar, a qualquer tempo, durante a vigência contratual, a apresentação de novas amostras, sempre que necessário para verificação da manutenção do padrão de qualidade ou em caso de indícios de desconformidade, como parte das atribuições de fiscalização técnica previstas no art. 5º, II, do Ato da Mesa Diretora nº 61, de 5 de maio de 2023.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

10.1. A comprovação da aptidão técnica da licitante dar-se-á mediante a apresentação de, no mínimo, 1 atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de fornecimento de alimentação institucional, abrangendo coffee break e/ou kit-lanche, em características e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, considerando-se compatíveis serviços similares prestados em eventos institucionais, corporativos ou educacionais.

10.2. Os atestados apresentados deverão demonstrar a execução de quantitativos compatíveis com o objeto licitado, admitindo-se o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. Para fins de aferição da capacidade técnico-operacional, serão considerados como parâmetros de referência os seguintes quantitativos mínimos:

Item	Objeto	Quantitativo mínimo
1	Serviço de fornecimento de coffee break	560 participantes
2	Fornecimento de kit-lanche	1.518 unidades

10.2.2. Os quantitativos indicados no subitem anterior correspondem a aproximadamente 10% do total estimado da contratação, sendo adotados como referência para verificação da capacidade operacional da licitante, sem caráter de exigência cumulativa obrigatória, devendo a análise considerar a compatibilidade geral da experiência apresentada com o objeto licitado, admitindo-se a comprovação por meio de um ou mais contratos distintos.

10.2.3. A comprovação da capacidade técnica poderá abranger um ou ambos os itens da contratação, desde que demonstrada a compatibilidade da experiência apresentada com o objeto licitado.

10.3. Exigir-se-á, como requisito de habilitação técnica, a apresentação de Licença Sanitária ou Alvará Sanitário vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente, que comprove a regularidade do estabelecimento responsável pela manipulação, preparo e fornecimento dos alimentos.

10.4. Poderá ser exigida, para fins de comprovação da regularidade sanitária, a apresentação de documentação complementar relativa às condições de funcionamento do estabelecimento, sempre que necessário à adequada verificação do atendimento às normas de segurança alimentar.

10.5. A Administração poderá diligenciar junto aos emitentes dos atestados apresentados, com o objetivo de verificar a veracidade das informações prestadas e a efetiva execução dos serviços declarados.

11. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A gestão e a fiscalização da execução contratual cabem a servidor ou comissão formalmente designada pela CLDF, que exerce o acompanhamento sistemático do contrato, especialmente quanto à qualidade, à higiene, à regularidade e à conformidade do fornecimento dos itens, nos termos do Ato da Mesa Diretora nº 61, de 5 de maio de 2023.

11.2. A fiscalização registra, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização de eventuais falhas ou desconformidades, bem como comunica à autoridade competente as situações que demandem providências além de sua atribuição.

11.3. A verificação da conformidade do fornecimento é realizada com base nas especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e nos padrões aferidos por ocasião da aprovação das amostras.

11.4. O recebimento do objeto ocorre de forma provisória e definitiva, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as seguintes competências internas da CLDF:

11.4.1. Recebimento Provisório: realizado pelos fiscais técnico, administrativo ou requisitante, no ato da entrega, para verificação de conformidade sumária;

11.4.2. Recebimento Definitivo: realizado pelo gestor do contrato, após a verificação técnica detalhada da qualidade e dos quantitativos, em até 5 (cinco) dias úteis.

11.5. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos ou vícios decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. A contratada indica e mantém preposto aceito pela Administração para representá-la durante a execução contratual, assegurando a interlocução contínua e o adequado atendimento das demandas operacionais.

11.7. A fiscalização pode rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento que esteja em desacordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade, condições de higiene ou demais exigências deste Termo de Referência, determinando sua imediata substituição.

11.8. A fiscalização pode solicitar, a qualquer tempo, a apresentação de documentos e informações relacionados à execução do contrato, bem como realizar verificações in loco, sempre que necessário à adequada avaliação do cumprimento das obrigações contratuais.

11.9. O gestor do contrato pode exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais da contratada relacionadas à execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO

12.1. O valor global estimado para a contratação de fornecimento de alimentação institucional (coffee break e kit-lanche) é de R\$ 625.482,40 (seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), calculado para o período de 12 meses de execução integral, com base nos parâmetros definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Preços (SEI nº 2794755).

12.1.1. O valor global estimado resulta da soma dos valores estimados para os 2 itens que compõem a contratação, considerando-se, para o item 1 — coffee break, o quantitativo estimado de 5.600 participantes e o valor unitário de R\$ 33,95, totalizando R\$ 190.120,00, e, para o item 2 — kit-lanche, o quantitativo estimado de 15.180 unidades e o valor unitário de R\$ 28,68, totalizando R\$ 435.362,40.

12.1.2. Os valores unitários adotados correspondem aos preços considerados no Mapa de Preços (SEI nº 2794755), elaborado com base em pesquisa de preços públicos, observando-se o menor valor entre a média e a mediana dos preços unitários apurados, nos termos do art. 7º, caput, do AMD nº 57, de 2023.

12.2. As despesas correm à conta dos Programas de Trabalho constantes no orçamento da Elegis, especificamente o PT 01.128.6204.4143.0001 — Execução de Projetos de Educação Política e o PT 01.128.8204.4088.0040 — Capacitação de Servidores.

12.2.1. As despesas observam a natureza específica de cada item contratado, sendo classificadas no Elemento de Despesa 33.90.39 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica, para o serviço de coffee break, e no Elemento de Despesa 33.90.32 — Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, para o fornecimento de kit-lanche.

12.3. DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL E DO CONTRATO VIGENTE

12.3.1. O fornecimento de kit-lanche encontra-se atualmente atendido pelo Contrato-PG nº 15/2022-NPLC (SEI nº 0754682), prorrogado até 24/04/2027, conforme 5º Termo Aditivo (SEI nº 2501590).

12.3.2. Embora o ajuste vigente esteja prorrogado até 24/04/2027, sobreveio situação relacionada à regularidade fiscal da atual contratada, objeto do Parecer-PG nº 429/2026-NPLC (SEI nº 2771474), no qual foi admitida a concessão de prazo para regularização, com termo final certo e sem prorrogações sucessivas, bem como recomendada a adoção de planejamento para nova contratação antes do término do prazo, a fim de reduzir eventual prejuízo à Administração.

12.3.3. Em cumprimento à orientação da Procuradoria-Geral, foi fixado o dia 28/09/2026 como termo final para comprovação da regularização fiscal pela atual contratada. Assim, a execução do Item 2 — kit-lanche nesta contratação terá início após o encerramento, a rescisão ou a extinção antecipada do Contrato-PG nº 15/2022-NPLC, conforme a necessidade administrativa, de modo a evitar sobreposição contratual e assegurar a continuidade do atendimento às ações institucionais da Elegis.

12.3.4. O Item 1 (coffee break), por não possuir cobertura contratual suficiente para as demandas do NEP e do NPE, tem sua execução iniciada conforme a necessidade operacional da Elegis, após a formalização do novo instrumento contratual.

12.4. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2026

12.4.1. A execução orçamentária no exercício de 2026 observa o montante de R\$ 213.824,00 já alocado no Detalhamento Setorial da Despesa — DSD, distribuído da seguinte forma:

Programa / Ação	Descrição da Despesa	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
Programa Conhecendo o Parlamento	Fornecimento de lanche	33.90.32	174.960,00
Programa Nosso Parlamento	Fornecimento de lanche	33.90.32	6.864,00
Projeto Interação	Fornecimento de lanche	33.90.32	6.000,00
Capacitação Institucional (NEP)	Fornecimento de coffee break	33.90.39	26.000,00
Total Geral (DSD 2026)			213.824,00

12.4.2. O montante atualmente alocado no DSD 2026 não corresponde ao valor total estimado da contratação, em razão da execução sob demanda, da não utilização integral dos quantitativos no exercício e da natureza sazonal da prestação de serviço descrita no item 5.5, que admite a flutuação das solicitações conforme a necessidade administrativa, inclusive nos meses de recesso.

12.5. DA PREVISÃO PARA EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES

12.5.1. Considerando tratar-se de contratação de natureza continuada, a viabilidade financeira para os exercícios subsequentes é assegurada pela previsão orçamentária constante do Plano Setorial da Legis, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5.2. Para o exercício de 2027, há previsão de R\$ 420.700,00 destinados ao fornecimento de alimentação institucional no âmbito das ações do NEP e do NPE, garantindo a compatibilidade da contratação com o planejamento orçamentário plurianual.

12.5.3. A diferença entre o valor estimado da contratação e os recursos previstos no exercício de 2026 não compromete a viabilidade do ajuste, considerando a execução gradual do contrato, a transição operacional entre instrumentos contratuais e a previsão de reforço orçamentário nos exercícios subsequentes.

13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. O recebimento do objeto é realizado em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as especificidades do fornecimento de alimentação institucional.

13.1.1. Recebimento provisório: ocorre no ato de cada entrega, realizado pelos fiscais técnico ou requisitante, mediante conferência quantitativa e verificação sumária da integridade das embalagens, das condições de transporte e da adequação aparente dos itens fornecidos.

13.1.2. Recebimento definitivo: é realizado pelo gestor do contrato, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações deste Termo de Referência e com os padrões aferidos por ocasião da aprovação das amostras, considerando aspectos como qualidade, frescor, apresentação e adequação ao consumo.

13.1.3. Considerando a natureza perecível dos produtos, o recebimento definitivo ocorre, sempre que possível, no próprio dia da entrega ou no primeiro dia útil subsequente, servindo de base para a liquidação da despesa e o encaminhamento para pagamento.

13.2. Para o Item 1 (coffee break), a fiscalização deve verificar, além da qualidade dos alimentos, a adequada organização do ponto de apoio, a disponibilidade dos itens durante o período de consumo e o atendimento às condições logísticas estabelecidas neste Termo de Referência.

13.3. Para o Item 2 (kit-lanche), o recebimento definitivo considera a integridade das embalagens, a adequada conservação dos alimentos e a conformidade com os requisitos de acondicionamento e identificação definidos neste Termo de Referência.

13.4. A Administração rejeita, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou que apresentem sinais de deterioração, inadequação ao consumo ou desconformidade com os padrões de qualidade exigidos.

13.4.1. Na hipótese de rejeição, a contratada deve providenciar a substituição dos itens de forma imediata ou no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

13.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança alimentar e conformidade dos produtos fornecidos, nos termos da legislação aplicável.

13.5.1. A constatação posterior de vícios, defeitos ou inadequação ao consumo pode ensejar a responsabilização da contratada, inclusive com a exigência de substituição dos itens ou aplicação de sanções contratuais.

14. DO PAGAMENTO:

14.1. O pagamento é realizado mensalmente, com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e atestados pelo gestor do contrato, com o suporte da fiscalização técnica, em conformidade com o art. 92, V e VI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.1.1. O pagamento observa o prazo de até 30 dias, contado da data do atesto da nota fiscal pelo gestor, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133, de 2021, salvo disposição diversa em instrumento convocatório.

14.2. Ao final de cada período mensal de execução, como condição para a liquidação da despesa e o efetivo pagamento, a contratada deve encaminhar ao gestor do contrato:

14.2.1. Relatório Mensal de Atividades: documento que consolida os serviços prestados por item (Item 1 — coffee break e Item 2 — kit-lanche), contendo, no mínimo, a data do fornecimento, o local da entrega e o quantitativo de atendimentos realizados no período;

14.2.2. Nota fiscal: emitida com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e validados pela Administração, conforme o relatório mencionado;

14.2.3. Certidões de regularidade: comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, incluindo regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual ou Distrital, Municipal, Seguridade Social (INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (CNDT), em observância ao art. 91, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. A manutenção das condições de habilitação e qualificação durante toda a execução contratual constitui obrigação da contratada, nos termos do art. 92, XVI, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O pagamento fica suspenso enquanto houver pendência de natureza documental, irregularidade na execução do objeto ou descumprimento de obrigação contratual por parte da contratada, não gerando direito a atualização monetária ou compensação financeira por atraso a ela imputável.

14.5. Constatadas inconsistências, incorreções ou divergências nos documentos apresentados, a Administração notifica a contratada para regularização, ficando suspenso o prazo de pagamento até o saneamento das pendências, quando então é reiniciada a contagem do prazo.

14.6. O pagamento é realizado exclusivamente em relação aos serviços efetivamente prestados e atestados, não sendo devido qualquer valor referente a quantitativos estimados não executados.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a LICITANTE ou CONTRATADA que:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato; compreendido o atraso sem comprometimento de interesses da CLDF;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao funcionamento dos serviços da CLDF;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. atrasar a execução ou a entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Os LICITANTES ou CONTRATADOS que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, estão sujeitos às seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Art. 3º do AMD nº 92/2024:

- 15.2.1. advertência, que é o aviso público, por escrito, emitido pela CLDF quando o licitante descumprir com quaisquer de suas obrigações, desde que não se trate de descumprimento que justifique a aplicação de penalidade mais grave;
- 15.2.2. multa, cumulável com as demais sanções, calculada na forma do edital ou do contrato, que não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;
- 15.2.3. impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 3 anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, nos casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção referida no subitem 15.2.3.
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.3 e 15.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 15.2.2, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 15.4. As infrações previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.7, 15.1.9 e 15.1.10 deste instrumento têm as seguintes definições, nos termos do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024:
- 15.4.1. A inexecução parcial do contrato, prevista no subitem 15.1.1, compreende o atraso no início da execução contratual ou na entrega do bem e pelas seguintes ocorrências, além de outras estabelecidas no edital:
- 15.4.1.1. serviço iniciado em desacordo com o contrato;
- 15.4.1.2. descumprimento de prazo de entrega do serviço contratado sem justificativa ou consentimento da administração;
- 15.4.1.3. utilização de materiais em desacordo com o contrato sem justificativa ou consentimento da administração;
- 15.4.1.4. transferência a terceiros de parte da execução dos serviços contratados sem previsão contratual ou consentimento da administração;
- 15.4.1.5. entrega de item em desacordo com as especificações;
- 15.4.1.6. entrega de item em quantidade inferior àquela adjudicada.
- 15.4.2. A inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao funcionamento dos serviços da CLDF, prevista no subitem 15.1.2, é o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.
- 15.4.3. A inexecução total do contrato, prevista no subitem 15.1.3, compreende a recusa da prestação do serviço contratado ou a recusa em entregar o bem adjudicado e ainda:
- 15.4.3.1. a entrega parcial do serviço que, por suas características, não possa ser concluído por meio de nova contratação;
- 15.4.3.2. a entrega parcial de item que, por sua característica, somente tenha aplicação se entregue por completo.
- 15.4.4. A falta de entrega de documentação exigida para o certame, prevista no subitem 15.1.4, sem prejuízo de outros atos que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual, ressalvadas exigências meramente formais ou falhas sanáveis, compreende:
- 15.4.4.1. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- 15.4.4.2. fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- 15.4.4.3. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.
- 15.4.5. A não manutenção de proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, prevista no subitem 15.1.5, sem prejuízo de outros atos que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual, compreende:
- 15.4.5.1. deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- 15.4.5.2. deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;
- 15.4.5.3. abandonar o certame;
- 15.4.5.4. solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.
- 15.4.6. O atraso da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, previsto no subitem 15.1.7, considera-se como sendo aquele que inviabilize o cumprimento das obrigações e importe em consequências graves para a Administração, observando-se o seguinte:
- 15.4.6.1. a conduta de inexecução parcial, que compreende a entrega do objeto fora do prazo previsto, até o limite de 30 dias corridos, sujeitará a contratada à sanção calculada na faixa entre 0,5% e 5% sobre o valor total da contratação ou da parcela não entregue, conforme o caso, considerando-se a gravidade do caso e o tempo de atraso;
- 15.4.6.2. a conduta de inexecução total, que é caracterizada pela entrega além do prazo limite de 30 dias corridos, sujeitará a contratada à sanção calculada na faixa entre 5% e 10% sobre o valor total da contratação, considerando-se a gravidade do caso e o tempo de atraso, facultando-se à Administração aceitar ou não o objeto em atraso;
- 15.4.7. A fraude de licitação ou a prática de ato fraudulento na execução do contrato, prevista no subitem 15.1.9, é a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da CLDF, com exceção da conduta disposta no subitem 15.1.8.
- 15.4.8. O comportamento de modo inidôneo e o cometimento de fraude de qualquer natureza, previsto no subitem 15.1.10, compreendem a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras práticas que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.
- 15.5. No caso de atraso na entrega de objeto fora do prazo, é facultado à CLDF admitir tolerância de até 5 dias de atraso sem a aplicação de penalidade de multa.
- 15.6. Não será admitido pedido de prorrogação do prazo de entrega de bem ou serviço. Eventual justificativa para o atraso incorrido pelo contratado deve ser analisada, no momento da efetiva entrega do bem ou serviço, pelo fiscal do contrato ou comissão, que pode afastar a mora ou dar início ao processo de aplicação de penalidade.
- 15.7. Os emitentes das garantias contratuais serão notificados pela CLDF quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais que ensejem a rescisão contratual ou a aplicação de penalidade de multa em valor superior a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, salvo se houver valor a ser repassado à empresa suficiente para cobertura de eventuais obrigações e para cobrança da penalidade.
- 15.8. As sanções previstas no subitem 15.2 deste instrumento serão aplicadas de acordo com as disposições seguintes:
- 15.8.1. A ADVERTÊNCIA, prevista no subitem 15.2.1, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial correspondente a:
- 15.8.1.1. ausência de habilitação fiscal, trabalhista;
- 15.8.1.2. falta de providência de reposição de pessoal;
- 15.8.2. A MULTA a ser aplicada por descumprimento de obrigações assumidas no contrato ou instrumento equivalente deverá ter como base a parte inadimplida.
- 15.8.3. O IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o Distrito Federal, previsto no subitem 15.2.3, será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 15.1.2, 15.1.3, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6 e 15.1.7 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de 3 anos.
- 15.8.4. A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, prevista no subitem 15.2.4, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 15.1.8, 15.1.9, 15.1.10, 15.1.11 e 15.1.12 deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 15.1.2, 15.1.3, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6 e 15.1.7 do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 15.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
- 15.9. As infrações definidas no subitem 15.1 serão sancionadas de acordo com as disposições seguintes em conjunto com os critérios estabelecidos no subitem 15.10 deste instrumento, sem prejuízo da aplicação de outras disposições cominadas no edital ou contrato, quando a licitante ou a contratada:
- 15.9.1. Der causa à inexecução parcial do contrato: penalidade de advertência;
- 15.9.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CLDF: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 3 anos e multa de 10% a 20% do valor do contrato/nota de empenho;

- 15.9.3. Der causa à inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 2 anos e multa de 5% a 10% do valor do contrato/nota de empenho;
- 15.9.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ressalvadas meras falhas formais e passíveis de saneamento: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 6 (seis) meses;
- 15.9.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 6 meses;
- 15.9.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 4 meses e multa de 5% a 10% do valor do contrato/nota de empenho;
- 15.9.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 4 meses e multa de 1% a 5% do valor do contrato/nota de empenho;
- 15.9.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação ou contrato;
- 15.9.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação ou contrato;
- 15.9.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 3 anos e multa de 10% a 20% do valor estimado da contratação ou contrato;
- 15.9.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação.
- 15.10. A sanção é agravada ou atenuada conforme o juízo de adequação à infração praticada no caso concreto, considerando:
- 15.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 15.10.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 15.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.10.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.11. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 15.12. São circunstâncias que agravam a sanção em 30% de sua pena- base, para cada agravante, até o limite máximo da sanção estabelecida na infração respectiva, as seguintes situações:
- 15.12.1. a comprovação de que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;
- 15.12.2. o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- 15.12.3. a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- 15.12.4. a reincidência;
- 15.12.5. a interposição de recursos infundados com nítido caráter protelatório do certame;
- 15.12.6. a conduta deliberada da licitante de não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 15.13. Verifica-se a reincidência quando o infrator comete nova infração depois de responsabilizado definitivamente por infração anterior.
- 15.14. Para efeito de reincidência:
- 15.14.1. considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- 15.14.2. não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 anos;
- 15.14.3. não se verifica se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.
- 15.15. São circunstâncias atenuantes, que reduzem a sanção em até 30% para quaisquer das penalidades impostas, quando o infrator:
- 15.15.1. não for reincidente;
- 15.15.2. procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- 15.15.3. reparar o dano antes do julgamento;
- 15.15.4. confessar a autoria da infração.
- 15.16. Considera-se não reincidente aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou que já tenha sido reabilitado.
- 15.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeita o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
- 15.18. Não se aplica a regra prevista no subitem 15.17 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.
- 15.19. O disposto no subitem 15.17 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

16. DA GARANTIA DOS PRODUTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR

- 16.1. A contratada assegura a garantia de qualidade, frescor e integridade de todos os alimentos fornecidos (coffee break e kits-lanche), obrigando-se à substituição imediata dos itens que apresentarem quaisquer sinais de deterioração, alteração de sabor, odor ou desconformidade com as especificações técnicas, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 16.2. Em razão da natureza perecível dos itens (art. 7º, § 1º, inciso III, do Ato da Mesa Diretora nº 56, de 2023), a garantia de qualidade compreende o intervalo entre a entrega e o horário limite para consumo recomendado, devendo os produtos ser entregues prontos para o consumo e em perfeito estado de maturação e conservação.
- 16.2.1. Os gêneros alimentícios que possuem obrigatoriedade de indicação de prazo de validade devem apresentar, no momento da entrega, prazo restante igual ou superior à metade do período total entre a data de fabricação e a data de validade.
- 16.3. A contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, e a responsabilidade não é reduzida ou excluída pela fiscalização ou acompanhamento do órgão, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.4. No caso do Item 2 (kit-lanche), a garantia inclui a obrigatoriedade de identificação clara com a data de preparo, origem e prazo de validade em cada embalagem individual devidamente vedada, assegurando a rastreabilidade e a segurança alimentar.
- 16.5. O recebimento definitivo do objeto não exime a contratada da responsabilidade ético-profissional pela qualidade e perfeita execução do objeto, nos limites do art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

17. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 17.1. Será exigida garantia contratual correspondente a 5% do valor anual global do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo ser apresentada no prazo de até 10 dias úteis após a assinatura do contrato, exceto quando a contratada optar pela modalidade seguro-garantia, hipótese em que observar-se-á o disposto no subitem 17.1.1.
- 17.1.1. O prazo estabelecido no subitem 17.1 não se aplica nos casos em que a CONTRATADA optar pela modalidade seguro-garantia. Nessa hipótese, a prestação da garantia deverá ocorrer no prazo de até 1 mês, contado da homologação da licitação e anteriormente à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei nº

14.133, de 2021.

17.2. Considerando tratar-se de fornecimento e serviço de natureza continuada, o percentual de garantia incidirá sobre o valor anual do contrato, inclusive para fins de eventuais prorrogações, nos termos do art. 98, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3. Cabe à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021:

17.3.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

17.3.2. seguro-garantia;

17.3.3. fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada;

17.3.4. título de capitalização custeado por pagamento único.

17.4. No caso de opção pelo seguro-garantia, a apólice deve ter prazo de vigência igual ou superior ao estabelecido no contrato e cobrir, além da execução do objeto, as multas e prejuízos decorrentes de inadimplemento, nos termos do art. 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.5. A garantia prestada é liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, é atualizada monetariamente, conforme o art. 100 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.6. O inadimplemento das obrigações contratuais autoriza a Administração a realizar a execução da garantia para ressarcimento de prejuízos e pagamento de verbas trabalhistas ou multas aplicadas, nos termos do art. 139, III, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade (12 meses)	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK: Disponibilização coletiva de alimentação leve em pontos de apoio, composta, no mínimo, por: 4 salgados de pequeno porte (mín. 20 g cada); 2 sanduíches (mín. 30 g cada); 2 porções de bolo simples (mín. 60 g cada); 1 porção de fruta da estação (mín. 100 g); e suco de fruta natural da época (mín. 200 ml por pessoa).	Participante	5.600		
2	FORNECIMENTO DE KIT-LANCHE: Alimentação individualizada, contendo: 1 sanduíche de pão de forma integral (peso mínimo total de 90 g, composto por duas fatias de pão de no mínimo 25 g cada e queijo muçarela de no mínimo 40 g); 1 suco de fruta natural, elaborado a partir de frutas da época, em embalagem individual (aprox. 300 ml); 1 unidade de fruta fresca (mín. 120 g); e 1 guardanapo.	Unidade	15.180		
TOTAL GERAL DA PROPOSTA					

GERSON ANDRÉ DA SILVA E SILVA

Chefe do Núcleo de Administração Acadêmica e Pedagógica — NAP



Documento assinado eletronicamente por **GERSON ANDRÉ DA SILVA E SILVA - Matr. 24680, Chefe do Núcleo de Administração Acadêmica e Pedagógica**, em 12/08/2026, às 16:38, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **2795814** Código CRC: **4EC02B4B**.

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5, 4º Andar, Sala 4.10 - CEP - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-8514
www.cl.df.gov.br - nap@cl.df.gov.br



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



ANEXO II DO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO, SOB DEMANDA, DE ALIMENTAÇÃO INSTITUCIONAL, COMPREENDENDO O SERVIÇO DE COFFEE BREAK E O FORNECIMENTO DE KIT-LANCHE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS, FORMATIVAS E INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDAS PELA ESCOLA DO LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL — ELEGIS, NO ÂMBITO DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL — CLDF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E AS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 111/2026.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, neste ato denominada **CONTRATANTE**, com sede no Eixo Monumental, Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05, nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.963.645/0001-13, representada por seu Secretário-Geral, **XXXX**, consoante competência delegada pelo artigo 1º, inciso X, do Ato do Presidente nº 12/2025, com base em sua competência originária do art. 44, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno da CLDF, e de outro lado a EMPRESA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por, portador da Cédula de Identidade nº e CPF nº, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada, têm entre si justo e avençado e celebram o presente contrato que tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, sob demanda, de alimentação institucional, compreendendo o serviço de coffee break e o fornecimento de kit-lanche, destinados ao atendimento das ações educacionais, formativas e institucionais desenvolvidas pela Escola do Legislativo do Distrito Federal — Elegis, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF, de acordo com as especificações e as exigências constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital, do qual são partes integrantes, o Edital do Pregão Eletrônico nº 111/2026-CLDF, a proposta apresentada pela CONTRATADA, no que couber, e os anexos constantes do processo nº 00001-00009228/2026-84, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, sob demanda, de alimentação institucional, compreendendo o serviço de coffee break e o fornecimento de kit-lanche, destinados ao atendimento das ações educacionais, formativas e institucionais desenvolvidas pela Escola do Legislativo do Distrito Federal — Elegis, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF, de acordo com as especificações e as exigências constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1. Constituem obrigações do CONTRATADO, além das constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital:

3.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto como exclusivamente seus, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Manter preposto aceito pela CLDF no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, se for o caso.

3.1.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela CLDF, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021).

3.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



3.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

3.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à CLDF ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

3.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

3.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

3.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

3.1.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

3.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

3.1.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

3.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

3.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021).

3.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

3.1.23. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo servidor responsável da CLDF.

3.1.24. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



3.1.25. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

3.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

3.2. É expressamente vedado ao CONTRATADO:

3.2.1. Possuir servidor da CLDF como dirigente, sócio com poder de direção, responsável técnico ou empregado, ou ter administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da CLDF;

3.2.2. A veiculação de publicidade do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante; e

3.2.3. A subcontratação, cessão, ou transferência parcial ou total do objeto contratado, sem anuência prévia da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital:

4.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

4.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

4.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

4.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

4.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da CLDF para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

4.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.1.9.1. A CLDF terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

4.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.13. A CLDF não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, de acordo com o item 7.1 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

6.1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 00,00 (..... reais), estabelecido na proposta, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária da CLDF.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

- 7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em **12/08/2026**.
- 7.2.** Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

- 8.1.** Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, o adjudicatário prestará garantia no ato da assinatura do instrumento contratual no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, mediante uma das seguintes modalidades:
- I** - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - II** - Seguro-garantia;
 - III** - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
 - IV** - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 8.2.** Caberá ao adjudicatário a escolha da garantia entre as modalidades referidas no item **8.1.** deste contrato.
- 8.3.** O adjudicatário convocado deve apresentar, quando da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia no valor e nas condições descritas no Edital.
- 8.3.1.** A prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, será exercida em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.
- 8.4.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CLDF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA NONA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DOS MATERIAIS

- 9.1.** A prestação dos serviços ou a entrega dos materiais objeto deste instrumento será de acordo com o disposto no **item 5** do Termo de Referência – Anexo I do Edital e ocorrerá nas dependências do edifício sede da CLDF, situado no endereço: Praça Municipal, Quadra 02, Lote 5, Brasília – DF, CEP: 70.094-902.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

- 10.1.** Para efeito de pagamento, o contratado deverá apresentar os seguintes documentos, podendo a critério da CLDF, serem substituídos pelo registro cadastral no SICAF, que dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por meio de consulta on-line:
- I – Certidão Negativa de Débitos – CND**, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei nº 8.212/91);
 - II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);
 - III - Certidão conjunta** emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31 de agosto de 2005;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



IV – Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do contratado;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

10.2. O pagamento será efetuado conforme o disposto no item 14 Termo de Referência – Anexo I do Edital.

10.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da CLDF, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer etapa de cronograma ou obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

10.5. Para pagamentos de valor igual ou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o contratado deverá informar conta corrente de sua titularidade junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, nos termos do Decreto nº 32.767/2011 do Distrito Federal.

10.5.1. Excluem-se das disposições do item **10.5** deste contrato:

I - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

III - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Estão compreendidos na fase contratual todos os fatos e os atos praticados a partir da publicação do resultado da licitação ou do recebimento da nota de empenho até o termo final de todas as obrigações contratuais assumidas perante a CLDF, incluídas as obrigações de garantia.

11.2. Os licitantes ou contratados que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, estão sujeitos às seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I – advertência, que é o aviso público, por escrito, emitido pela CLDF quando a licitante descumprir com quaisquer de suas obrigações, desde que não se trate de descumprimento que justifique a aplicação de penalidade mais grave;

II – multa, cumulável com as demais sanções, que não pode ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

III - impedimento de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 3 anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, nos casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção referida no inciso III acima.

11.3. Os licitantes ou os contratados devem ser responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, compreendido o atraso sem comprometimento de interesses da CLDF;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao funcionamento dos serviços da CLDF;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - atrasar a execução ou a entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3.1. As infrações previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VII, IX e X do item **11.3** têm as seguintes definições:

I - a inexecução parcial do contrato prevista no item **11.3**, inciso I, compreende o atraso no início da execução contratual ou na entrega do bem e as seguintes ocorrências, além de outras estabelecidas no edital:

a) serviço iniciado em desacordo com o contrato;

b) descumprimento de prazo de entrega do serviço contratado sem justificativa ou consentimento da administração;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



c) utilização de materiais em desacordo com o contrato sem justificativa ou consentimento da administração;
d) transferência a terceiros de parte da execução dos serviços contratados sem previsão contratual ou consentimento da administração;

e) entrega de item em desacordo com as especificações;

f) entrega de item em quantidade inferior àquela adjudicada.

II – a inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao funcionamento dos serviços da CLDF, prevista no item **11.3**, inciso II, é o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada;

III – a inexecução total do contrato, prevista no item **11.3**, inciso III, compreende a recusa da prestação do serviço contratado ou a recusa em entregar o bem adjudicado e ainda:

a) a entrega parcial do serviço que, por suas características, não possa ser concluído por meio de nova contratação;

b) a entrega parcial de item que, por sua característica, somente tenha aplicação se entregue por completo;

IV – a falta de entrega de documentação exigida para o certame, prevista no item **11.3**, inciso IV, sem prejuízo de outros atos que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual, ressalvadas exigências meramente formais ou falhas sanáveis, compreende:

a) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

b) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

c) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação;

V - a não manutenção de proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente, prevista no item **11.3**, inciso V, sem prejuízo de outros atos que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual, compreende:

a) deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

b) deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

c) abandonar o certame;

d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame;

VI – o atraso da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, previsto no item **11.3**, inciso VII, considera-se como sendo aquele que inviabilize o cumprimento das obrigações e importe em consequências graves para a Administração, observando-se o seguinte:

a) a conduta de inexecução parcial, que compreende a entrega do objeto fora do prazo previsto, até o limite de 30 dias corridos, sujeita a contratada à sanção calculada na faixa entre 0,5% e 5% sobre o valor total da contratação ou da parcela não entregue, conforme o caso, considerando-se a gravidade do caso e o tempo de atraso;

b) a conduta de inexecução total, que é caracterizada pela entrega além do prazo limite de 30 dias corridos, bem como por outras condutas assim expressamente previstas no termo de referência ou projeto básico, sujeita a contratada à sanção calculada na faixa entre 5% e 10% sobre o valor total da contratação, considerando-se a gravidade do caso e o tempo de atraso, facultando-se à Administração aceitar ou não o objeto em atraso;

c) além dos percentuais previstos neste inciso, devem ser observadas outras hipóteses de penalidade e respectivos percentuais definidos no termo de referência ou projeto básico, de acordo com o objeto contratado;

VII - a fraude de licitação ou a prática de ato fraudulento na execução do contrato, prevista no item **11.3**, inciso IX, é a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da CLDF, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do item **11.3**.

VIII – o comportamento de modo inidôneo e o cometimento de fraude de qualquer natureza, previsto no item **11.3**, inciso X, compreendem a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras práticas que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

11.3.1.1. No caso de atraso na entrega de objeto fora do prazo, é facultado à CLDF admitir tolerância de até 5 dias de atraso sem a aplicação da penalidade de multa.

11.4. As sanções de advertência e de multa, previstas nos incisos I e II do item **11.2**, são analisadas pelo fiscal do contrato ou pela comissão, que deve considerar os fatos e as circunstâncias conhecidas e encaminhar à Diretoria de Administração e Finanças - DAF para formulação do ofício de notificação à contratada.

11.4.1. O ofício a que se refere o item acima será encaminhado pela DAF ao endereço eletrônico (e-mail) registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou na proposta, para facultar à empresa a defesa prévia escrita, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação.

11.4.2. O fiscal do contrato ou comissão analisará a defesa prévia em até 5 dias úteis e se manifestar pela continuidade ou encerramento do procedimento administrativo sancionatório.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



- 11.4.3.** Indeferida a defesa prévia, o fiscal ou comissão encaminhará os autos à DAF para a elaboração de ofício de notificação da empresa, abrindo prazo para a apresentação de recurso em até 15 úteis, contados da data da notificação.
- 11.4.4.** Deferida a defesa prévia, o fiscal ou comissão encaminhará os autos à DAF para a elaboração de ofício de notificação da empresa, informando sobre o encerramento do procedimento administrativo sem aplicação de penalidade.
- 11.4.5.** Não sendo apresentada a defesa prévia no prazo estabelecido, os autos serão instruídos para a publicação do aviso de penalidade, conforme art. 38, § 1º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 11.5.** A sanção de impedimento de licitar prevista no inciso III do item **11.2** é conduzida por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que deve avaliar os fatos e as circunstâncias conhecidas e formular relatório, com base no qual fará ofício a ser encaminhado à empresa pela DAF por meio do endereço eletrônico (e-mail) registrado no SICAF ou na proposta para lhe facultar defesa prévia escrita, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação, onde especificará as provas que eventualmente pretenda produzir.
- 11.5.1.** A comissão processante analisará a defesa prévia em até 05 dias úteis e se manifestará pela continuidade ou encerramento do procedimento administrativo sancionatório.
- 11.5.2.** Indeferida a defesa prévia, a comissão processante elaborará ofício a ser encaminhado à empresa pela DAF, abrindo prazo para a apresentação de recurso em até 15 dias úteis, contados da data da notificação.
- 11.5.3.** Deferida a defesa prévia, a comissão processante elaborará ofício a ser encaminhado à empresa pela DAF, informando sobre o encerramento do procedimento administrativo sem aplicação de penalidade.
- 11.5.4.** Não sendo apresentada a defesa prévia no prazo estabelecido, os autos serão instruídos para a publicação do aviso de penalidade, conforme art. 38, § 2º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 11.6.** A sanção de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do item **11.2**, é conduzida por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que deve avaliar os fatos e as circunstâncias conhecidas e formular relatório, com base no qual fará ofício a ser encaminhado à empresa pela DAF por meio do o endereço eletrônico (e-mail) registrado no SICAF ou na proposta para lhe facultar defesa prévia escrita, no prazo de 15 dias úteis, contados da notificação, onde especificará as provas que eventualmente pretenda produzir.
- 11.6.1.** A defesa prévia será avaliada inicialmente pela comissão processante que poderá decidir pela continuidade ou encerramento do procedimento.
- 11.6.2.** Sendo dada a continuidade ao procedimento, os autos serão encaminhados ao Secretário-Geral para a tomada de decisão em até 10 dias úteis, ouvindo previamente manifestação da Procuradoria-Geral da CLDF.
- 11.6.3.** Sendo deferida a defesa prévia, os autos serão encaminhados à DAF para notificação da empresa sobre o encerramento do procedimento.
- 11.6.4.** Não sendo apresentada a defesa prévia no prazo estabelecido, os autos serão instruídos para a publicação do aviso de penalidade, conforme art. 38, § 2º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 11.7.** Da decisão que indeferir a defesa prévia para aplicar as sanções de advertência, multa e de impedimento de licitar, cabe recurso aos fiscais ou à comissão processante, no prazo de 15 dias úteis da data da notificação da decisão.
- 11.7.1.** Os fiscais ou a comissão processante, não reconsiderando o indeferimento da defesa prévia no prazo de 5 dias úteis, devem encaminhar o recurso ao Secretário-Geral com sua motivação, o qual, ouvida previamente a Procuradoria-Geral da CLDF, deve proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, conforme procedimento descrito no art. 38, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 11.7.2.** Em caso de não apresentação de recurso ou de manutenção da decisão pela penalidade após a fase recursal, os autos serão instruídos para a publicação do aviso de penalidade no Diário da Câmara Legislativa – DCL, conforme previsto no art. 38, §§ 1º, 2º e 3º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024, conforme o caso.
- 11.8.** Da decisão que indeferir a defesa prévia para aplicar a sanção de declaração de inidoneidade, cabe pedido de reconsideração ao Secretário-Geral no prazo de 15 dias úteis da data de notificação do indeferimento, devendo ser proferida decisão sobre o pedido de reconsideração no prazo máximo de 20 dias úteis, ouvida previamente a Procuradoria-Geral da CLDF.
- 11.8.1.** Não sendo apresentado pedido de reconsideração ou sendo mantida a penalidade após análise do pedido de reconsideração, a decisão sancionatória será publicada no DCL, conforme art. 38, § 2º, do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.
- 11.9.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade, previstas no item **11.2**, incisos I, III e IV, podem ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, prevista no inciso II do item **11.2**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 11.10.** Não será admitido pedido de prorrogação do prazo de entrega de bem ou serviço.
- 11.10.1.** Eventual justificativa para o atraso incorrido pelo contratado deve ser analisada, no momento da efetiva entrega do bem ou serviço, pelo fiscal do contrato ou comissão, que pode afastar a mora ou dar início ao processo de aplicação de penalidade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



11.11. Os emitentes das garantias contratuais devem ser notificados pela CLDF quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais que ensejem a rescisão contratual ou a aplicação de penalidade de multa em valor superior a 50% do valor atualizado do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, salvo se houver valor a ser repassado à empresa suficiente para cobertura de eventuais obrigações e para cobrança da penalidade.

11.12. As sanções previstas no item **11.2** serão aplicadas de acordo com as disposições seguintes:

11.12.1. A advertência, prevista no item **11.2**, inciso I, é aplicada exclusivamente para a infração administrativa de inexecução parcial, correspondente à:

- a) ausência de habilitação fiscal ou trabalhista;
- b) falta de providência de reposição de pessoal;
- c) outras condutas definidas no Estudo Técnico Preliminar - ETP ou no Termo de Referência - TR como hipóteses da aplicação da sanção de advertência;

11.12.2. A multa a ser aplicada por descumprimento de obrigações assumidas por ata de registro de preços deve ter como base a parte inadimplida;

11.12.3. O impedimento de licitar e de contratar com o Distrito Federal, previsto no item **11.2**, inciso III, é aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item **11.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impede o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 anos;

11.12.4. A declaração de inidoneidade, prevista no item **11.2**, inciso IV, é aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item **11.3**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no **11.12.3**, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

11.13. As infrações definidas no item **11.3** são sancionadas de acordo com as disposições seguintes, em conjunto com os critérios estabelecidos no art. 20 do Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024, sem prejuízo da aplicação de outras disposições cominadas no edital ou contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato: penalidade de advertência;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CLDF: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 3 anos e multa de 10% a 20% do valor do contrato ou da nota de empenho;

III - der causa à inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com Distrito Federal pelo período de 2 anos e multa de 5% a 10% do valor do contrato ou da nota de empenho;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ressalvadas meras falhas formais e passíveis de saneamento: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 6 meses;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal período de 6 meses;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 4 meses e multa de 5% a 10% do valor do contrato ou da nota de empenho;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal pelo período de 4 meses e multa de 1% a 5% do valor do contrato ou da nota de empenho;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação ou do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação ou do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 3 anos e multa de 10% a 20% do valor estimado da contratação ou do contrato;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 5 anos e multa de 20% a 30% do valor estimado da contratação.

11.14. As multas cujo valor seja inferior aos respectivos custos de cobrança definidos pela CLDF podem, justificadamente e à discricionariedade da autoridade competente, ser convertidas em advertência nos casos em que tal medida não frustre o caráter pedagógico e preventivo do processo sancionatório.

11.15. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



11.16. Devem ser observadas as demais disposições constantes no Ato da Mesa Diretora nº 92, de 2024.

11.17. As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CLDF, permitida a negociação com o contratado.

13.3. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado será obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão à conta de dotação orçamentária própria da CLDF, PROGRAMA DE TRABALHO: 01.128.6204.4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF; SUBTÍTULO: 0001 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF—DISTRITO FEDERAL; ELEMENTO DE DESPESA: 3390-32 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E PROGRAMA DE TRABALHO: 01.128.8204.4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES; SUBTÍTULO: 0040 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- ESCOLA DO LEGISLATIVO —DISTRITO FEDERAL; ELEMENTO DE DESPESA: 3390-39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, conforme Notas de Empenho nº, emitidas em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da Circunscrição Judiciária Especial de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas e litígios decorrentes do presente contrato e que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme o disposto no art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

18.1. A presente contratação foi precedida de licitação, realizada sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº 111/2026-CLDF**, instruída nos autos do processo nº **00001-00009228/2026-84**.

18.2. Independentemente de transcrição, fazem parte deste contrato todas as condições estabelecidas no Instrumento Convocatório do **Pregão Eletrônico nº 111/2026-CLDF** e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A Câmara Legislativa do Distrito Federal convocará oficialmente a licitante vencedora para, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação, assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no Edital.

20.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela CLDF.

20.2. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão dirimidos pela Diretoria de Administração e Finanças – DAF/CLDF, com fundamento na legislação aplicável à espécie, em especial, pela Lei nº 14.133/2021.

20.3. Durante a execução deste contrato não serão consideradas comunicações verbais. Todas as comunicações que envolvam a execução deste contrato, de uma parte à outra, serão consideradas como suficientes desde que efetuadas por escrito e entregues sob protocolo ou qualquer outro meio que comprove o recebimento.

20.4. Se a Contratante relevar o descumprimento no todo ou em parte de qualquer obrigação do CONTRATADO relacionadas com a execução deste, tal fato não poderá desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento eletronicamente.

Brasília – DF, de de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026



ANEXO III DO EDITAL - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DE REFERÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL CONSIDERADO (R\$)
1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK: Disponibilização coletiva de alimentação leve em pontos de apoio, composta, no mínimo, por: 4 salgados de pequeno porte (mín. 20 g cada); 2 sanduíches (mín. 30 g cada); 2 porções de bolo simples (mín. 60 g cada); 1 porção de fruta da estação (mín. 100 g); e suco de fruta natural da época (mín. 200 ml por pessoa).	Participante	5.600	R\$ 33,95	R\$ 190.120,00
2	FORNECIMENTO DE KIT-LANCHE: Alimentação individualizada, contendo: 1 sanduíche de pão de forma integral (peso mínimo total de 90 g, composto por duas fatias de pão de no mínimo 25 g cada e queijo muçarela de no mínimo 40 g); 1 suco de fruta natural, elaborado a partir de frutas da época, em embalagem individual (aprox. 300 ml); 1 unidade de fruta fresca (mín. 120 g); e 1 guardanapo.	Unidade	15.180	R\$ 28,68	R\$ 435.362,40
CUSTO TOTAL					R\$ 625.482,40

Valor total por extenso: seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos.

Observação: da proposta deverão constar todos os dados do item **10.19.2.** do Edital.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026

ANEXO IV DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL CONSIDERADO (R\$)
1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK: Disponibilização coletiva de alimentação leve em pontos de apoio, composta, no mínimo, por: 4 salgados de pequeno porte (mín. 20 g cada); 2 sanduíches (mín. 30 g cada); 2 porções de bolo simples (mín. 60 g cada); 1 porção de fruta da estação (mín. 100 g); e suco de fruta natural da época (mín. 200 ml por pessoa).	Participante	5.600		
2	FORNECIMENTO DE KIT-LANCHE: Alimentação individualizada, contendo: 1 sanduíche de pão de forma integral (peso mínimo total de 90 g, composto por duas fatias de pão de no mínimo 25 g cada e queijo muçarela de no mínimo 40 g); 1 suco de fruta natural, elaborado a partir de frutas da época, em embalagem individual (aprox. 300 ml); 1 unidade de fruta fresca (mín. 120 g); e 1 guardanapo.	Unidade	15.180		
CUSTO TOTAL					

Valor total por extenso: _____.

Observação: da proposta deverão constar todos os dados do item **10.19.2.** do Edital.